

A Modernidade como Projeto Conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 1850-1888*

James William Goodwin Jr.**

Abstract

This article analyzes the policies of a county government as described by the minutes of the meetings of Juiz de Fora's county council between 1866 and 1872 and published in *O Pharol* from 1876 to 1888. It focuses on the county government's priorities which, the minutes suggest, involved modernization projects; Juiz de Fora, the author suggests, was a vital society based on the exploitation of slave labor.

Key Words: Elites, Juiz de Fora (Minas Gerais)

Resumo

Análise do comportamento de uma Câmara Municipal através das atas das Sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora, registradas no Livro de Atas entre 1866 e 1872 e publicadas no jornal *Pharol* de 1876 a 1888, procurando discernir quais suas prioridades, as quais apontam para um projeto de modernização visando demonstrar a vitalidade de uma sociedade fundamentada na exploração do trabalho escravo.

Palavras-chave: Elites, Modernidade, Juiz de Fora, História de Minas Gerais.

Juiz de Fora constitui-se em Villa e Municipio - à época, com o nome de Santo Antonio do Parahybuna - em 1850, portanto já num momento de implantação da política centralizadora e modernizadora do reinado de D. Pedro II. A Câmara Municipal, torna-se, a partir de então,

* O presente artigo origina-se na pesquisa para a dissertação *A "Princesa de Minas": A construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1853-1888*. James William Goodwin Jr. Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Mestrado em História. FAFICH - UFMG. Belo Horizonte. 24 de Maio de 1996.

** Mestre em História, UFMG

palco de um novo papel a ser desempenhado pela elite econômica da região, que já se fortalecia pela expansão da cafeicultura.¹

Não obstante a intensa centralização administrativa vigente no Segundo Reinado, a Câmara Municipal abre aos grupos dominantes a possibilidade do exercício do poder político, através de uma série de responsabilidades outorgadas à Municipalidade. Tal poder traduz-se concretamente na eleição e implementação de projetos para a villa, posteriormente cidade, e na condução desses projetos, tendo em vista a concretização de uma dominação que vai além da mera exploração do trabalho escravo. Vale a pena destacar que à Municipalidade cabia, ainda, estabelecer, arrecadar e gerir uma série de impostos e taxas. Em outras palavras, é através do exercício do poder político - não só, mas de forma intensa - que uma parcela da classe dominante, agora elite política, busca dar direção ao desenvolvimento da cidade.²

Tal direção, obviamente, está em sintonia e reforça o poder econômico e social desta elite política. Porém, mais do que utilizar o Estado a nível municipal para defender seus interesses específicos, a elite política procura transmitir a toda a região sua visão de mundo, de tal forma que esta se torne a visão do bem comum, a identidade mesma da cidade do Juiz de Fora. Ao transformar aquilo que lhe é peculiar em perspectiva geral, a elite política juizforana estabelece sua hegemonia³: suas opções legislativas, orçamentárias e de controle social são legitimadas, posto que entendidas como voltadas para a ordem, o progresso e o bem estar de toda a população.

Este artigo pretende analisar a atuação da elite política, a partir da Câmara Municipal, procurando viabilizar a implementação de uma cidade moderna, rica, saudável, bela e segura. Este conceito de modernidade deriva diretamente das transformações que ocorrem a partir da consolidação do capitalismo como modo de produção nos principais países da Europa. O discurso revolucionário do século XVIII consolidou-se em formas de governo centralizadoras, e apesar disso - ou até mesmo por isso - administra-

¹ Diversos trabalhos recentes têm se voltado para a importância de Juiz de Fora como centro escravista e cafeicultor, como também financeiro e industrial. Para exemplos recentes, ver a primeira edição de *Locus - Revista de História*. Juiz de Fora: Núcleo Regional de História; EDUFJF, 1995, especialmente os artigos de Mônica Ribeiro de Oliveira, "Mercado Interno e Agroexportação", e de Anderson Pires, "A Emergência do Sistema Financeiro".

² Patrícia Falco Genovez, em seu trabalho de pesquisa para dissertação de Mestrado em História pela UFF, aborda alguns aspectos interessantes da constituição desta elite política.

³ "Capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país". BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. in BOBBIO, N., MATTEUCI, N., PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de Política*. 4a.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. Volume 1, p. 579-581.

tivamente eficientes, como os dois Impérios Napoleônicos franceses,⁴ demonstrando a compatibilidade entre mudanças políticas e econômicas e a manutenção de uma ordem social hierárquica. As modificações introduzidas no processo produtivo, especialmente na Inglaterra, modificaram a concepção do trabalho, sendo inclusive um dos fatores do compromisso inglês com a extinção do tráfico de escravos. Outro fator, a necessidade de expansão do mercado consumidor de produtos ingleses, estava ligada à expansão definitiva da economia européia por todo o globo terrestre.⁵ No campo das idéias, o século XIX viu o surgimento de três escolas de pensamento profundamente polêmicas: o positivismo, encabeçado por Augusto Comte; o socialismo, especialmente as propostas de Karl Marx e Friedrich Engels; e o evolucionismo, resultado dos trabalhos de Charles Darwin.⁶ Como afirma Hobsbawn, estas correntes, e outras que também marcaram a época - como o utilitarismo de John Stuart Mill, ou os escritos de Herbert Spencer - embora diferentes em suas origens e objetivos originais, compartilham uma característica, marca do século XIX europeu: a crença no progresso como "conceito dominante da época".⁷

Entre as consequências mais concretas das transformações vivenciadas pelos europeus durante os oitocentos, uma tem especial relevância para o processo vivenciado pelas elites dominantes nas longínquas margens do rio Parahybuna: a importância cada vez maior das cidades. É no período aqui analisado que suas consequências sociais, políticas, econômicas, psicológicas, etc., passam a ser claramente percebidas, inclusive por vários autores literários.⁸ Marx e Engels, descrevem o momento com clareza ímpar:

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do idiotismo da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semi-bárbaros aos países

⁴ O primeiro, sob Napoleão, uma tragédia, o segundo, sob Luís Napoleão, uma farsa, como disse Karl Marx. MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974. p. 17.

⁵ Para uma análise da atuação da Inglaterra no combate ao tráfico transatlântico, seus motivos, suas contradições, e suas consequências, ver ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford / New York: Oxford University Press. 1987. 404 p.

⁶ Para o impacto dessas correntes no tocante à produção do conhecimento, ver ARANHA, Maria L. e MARTINS, Maria H. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna. 1986. 443 p.; e CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática. 1995. 440 p.

⁷ HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital. 1848-1875*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. p. 262.

⁸ Para o impacto das novas cidades sobre diversos autores, ver a obra de BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1986 [original de 1982]. 360 p.

*civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.*⁹

As cidades tornam-se, no transcorrer do século XIX, o *locus* por excelência da vivência e da exibição do progresso e da modernização. Duas cidades, em especial, tornar-se-ão as mais perfeitas vitrines desse ideal burguês oitocentista: Viena, e especialmente Paris, cuja reforma “*sob Luís Bonaparte revolucionou a urbanística, servindo de inspiração à modernização de inúmeras cidades*”.¹⁰

Paris já vivia um processo avançado de modernização desde o século XVIII. Segundo Foucault, este processo teve seus parâmetros estabelecidos pela medicina social que surgia: a preocupação com a circulação do ar para dissipar os miasmas, a canalização do Sena, um plano hidrográfico para determinar locais de abastecimento de água potável, enfim, toda uma preocupação com a salubridade, entendida como “a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos”.¹¹

A reforma de Paris, conduzida com mão de ferro por Georges Eugène Hausmann, é uma continuação deste processo. Mas é também uma reconstrução: a cidade é remodelada, seguindo um plano que atendia a várias exigências. As ruas tornavam-se largas, de traçado reto e geométrico, facilitando o tráfego e dificultando as barricadas populares. Eliminavam-se do centro da cidade os cortiços e bolsões de pobreza. Em seu lugar criava-se “a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional: o boulevard”.¹² Os bulevares, ruas largas com imensas calçadas, propiciaram o surgimento de toda uma nova vida no centro da cidade, especialmente nos cafés que surgiram ao longo das novas vias de tráfego.

Viena também foi submetida a um remodelamento total, com a canalização do Danúbio eliminando as regulares enchentes, e a criação de um sistema de fornecimento de água. Quando as muralhas medievais que cercavam o antigo núcleo da cidade foram derrubadas na década de 1850, o imenso espaço vazio foi ocupado com uma rua circular, a *Ringstrasse*, ao longo da qual foram construídos prédios públicos e privados. A construção da *Ringstrasse*, embora seja um exemplo primoroso das possibilidades da engenharia da época, atendia a exigências para além da eficiência técnica:

⁹ MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes. 1989. p. 70.

¹⁰ BARBERIS, Daniela. *Reforma Passos, o desejo da cidade moderna*. Museu Nacional/UFRJ. 38 p.+ “*Planta organizada pela Comissão da Carta Cadastral*”. (mimeo). p. 1.

¹¹ FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. in *Microfísica do Poder*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda. 1981. p. 93. Ver p. 89-92 para os objetivos da medicina urbana francesa.

¹² BERMAN, Marshall. op. cit. p. 145.

Os objetivos práticos, que poderiam ser alcançados com o remodelamento da cidade, subordinaram-se solidamente à função simbólica de representação. O que dominou a Ringstrasse não foi a utilidade, mas a autoprojeção cultural. O termo mais comumente empregado para descrever o grande programa dos anos 1860 não era “renovação” nem “redesenvolvimento”, e sim “embelezamento da imagem da cidade” [*Verschönerung des Stadtbildes*].¹³

*Mas o fim explícito da reforma era construir uma série de edifícios monumentais “Prachtbauten” [prédios de luxo], representativos da burguesia e exaltando seus valores, cada qual construído segundo o estilo histórico que melhor se adaptava à sua função ideológica.*¹⁴

Na própria Inglaterra, centro irradiador da nova mentalidade capitalista de eficiência e lucro, a função simbólica dos prédios é considerada de grande importância, pois eram, na realidade, os símbolos característicos da glória e da cultura, pois mesmo as titânicas prefeituras que os dirigentes das cidades mandavam construir eram de longe muito maiores do que requeriam as modestas necessidades da administração municipal. Os meticulosos homens de negócios de Leeds deliberadamente rejeitaram os cálculos utilitários na construção de seus prédios. O que era uns poucos milhares a mais, quando a meta a fixar era de que “*no ardor das disputas mercantis, os habitantes de Leeds não se esqueceram de cultivar a percepção do belo e um gosto pelas belas artes*”? (De fato, gastaram 122 mil libras ou cerca de três vezes mais que a estimativa original, equivalente a mais de 1% do total em renda para o Reino Unido inteiro no ano de sua inauguração, 1858.)¹⁵

Acontece, aqui, uma importante associação entre o efetivo progresso material e o caráter simbólico das edificações como afirmação da ideologia dominante (para usar um termo cunhado à época), isto é, os sinais visíveis desse progresso. Esta associação será crucial, especialmente para aqueles países em que o progresso material não era completo, ou se efetivava apenas parcialmente, como no caso do Império Russo. Já no início do século XVIII, Pedro o Grande iniciara a construção de São Petersburgo, considerada por Berman como “*provavelmente o exemplo mais dramático, na história mundial, de modernização draconiana concebida e imposta*”.¹⁶

A exigência de fachadas em padrão ocidental - sem interferir no inte-

¹³ SCHORSKE, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle*. Política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras [Campinas: Editora da Unicamp]. 1988. p. 45.

¹⁴ BARBERIS, Daniela. op. cit. p. 09.

¹⁵ Idem, ibidem. As citações sobre Leeds são de Asa Briggs, *Victorian Cities*, Londres. 1963. p. 164 e 183.

¹⁶ BERMAN, Marshall. op. cit. p. 171.

rior das edificações - gerou a definição de Piotr Chadaev para a Rússia, coberta por "capas de civilização".¹⁷ Esta contraditória proposta é o que Berman denomina *o modernismo do subdesenvolvimento*, "forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade".¹⁸ Estas fantasias e sonhos baseiam-se na incorporação de elementos identificados com a modernização e o progresso.

Esta incorporação pode se dar no nível das aparências apenas, como as fachadas das casas em São Petersburgo, ou ir mais além, com a introdução e o uso de tecnologias efetivamente modernas, como planejamento urbano, eletricidade, transportes coletivos, telégrafo, telefone, etc. Preocupações que se fazem presentes no discurso das elites políticas do Brasil Império - o caráter "ilustrado" do Imperador D. Pedro II é constantemente lembrado nos discursos oficiais. As elites juizforanas procuram, portanto, adequar a si e à sua região a esta nova mentalidade, sem, entretanto, alterar as relações de poder internas à sociedade - no que, aliás, também estavam em sintonia com a política imperial brasileira.¹⁹

Escolheram-se como fontes as atas das Sessões da Câmara, encontradas em três fundos documentais. As atas publicadas no principal jornal da época, o *Pharol*, foram privilegiadas pois tendo em vista que é a construção de uma *identidade* o que se está buscando, estas foram explicitamente preparadas para publicação, para a leitura pública. A coleção do Arquivo Histórico da UFJF cobre o período de 1876 a 1888. O Livro de Atas da Câmara Municipal, no Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora, registra as sessões de 1866 a 1872. Para o período anterior, foram utilizados rascunhos de atas que, embora não possuam caráter oficial, permitem acompanhar satisfatoriamente o conteúdo das sessões.

As atas acima referidas acompanham diversas legislaturas, e esta variação é refletida no maior ou menor detalhamento das mesmas. Embora um mesmo secretário permanecesse no cargo por longo tempo, algumas atas são mais detalhadas que outras, refletindo uma discussão mais prolongada, uma questão mais polêmica ou considerada importante no momento, e mesmo os diferentes estilos pessoais de cada vereador. Também outros fatores influenciam no detalhamento de cada ata, e mesmo na maneira diferente como um mesmo tema é abordado e/ou referido pelas diferentes legislaturas. Conclui-se, portanto, que a manutenção pura e simples dos parâmetros utilizados pela própria Câmara Municipal seria infrutífera, posto que variáveis.

A construção de um *quadro temático* surge como opção de trabalho

¹⁷ APUD BERMAN, op. cit. p. 173.

¹⁸ Idem. p. 220.

¹⁹ Para uma análise mais detalhada destas questões, ver GOODWIN Jr., James William. *A "Princesa de Minas": A construção de uma identidade pelas elites juizforanas, 1853-1888*. op. cit. Capítulo I: A Esfinge Brasileira. I.1. Símbolos da Modernidade Oitocentista; I.2. A Nação Civilizada.

para enquadrar todos os diferentes estilos de registro. Lilia Moritz Schwarcz demonstrou, em sua obra *O Espetáculo das Raças*,²⁰ que a análise dos temas efetivamente encontrados numa revista científica pode indicar, às vezes até melhor do que os editoriais escritos explicitamente para esse fim, qual a postura ideológica que norteia tal publicação. Tal abordagem é eficaz também para aglutinar temas aparentemente díspares ou isolados, construindo um quadro temático que, embora artificial, não deixa de representar o que efetivamente encontra-se no material analisado. Para o caso em questão, tal metodologia de trabalho traz ainda outra vantagem, a de permitir uma análise do trabalho da Câmara enquanto instituição, e não apenas da atuação de cada vereador ou legislatura separadamente. Isto porque, ao construir um quadro temático, uma categoria padrão abrange as variadas formas sob as quais um mesmo tema poderia ser discutido e/ou registrado ao longo dos anos. Quanto a uma possível objeção em relação à "artificialidade" desta abordagem, há que se considerar que toda leitura, por mais "fiel" que seja a um documento original, não deixa de ser uma interpretação desse documento. Isto é ainda mais verdadeiro quando se pretende analisar um corpo documental extenso. Seis categorias foram, pois, definidas para abranger o conteúdo dos registros das atas das sessões da Câmara, tanto ordinárias quanto extraordinárias: *administração interna; assuntos fiscais; ordem e segurança; obras de urbanização; relações com outras instâncias do poder; e outros assuntos.*

Na categoria *Administração interna* foram incluídos todos os tópicos relacionados ao funcionamento da Câmara enquanto órgão burocrático do Estado imperial a nível do município. Estes incluem a criação de cargos funcionais; a nomeação de pessoas para esses cargos; a fiscalização da atuação dessas pessoas; as questões relativas à eleição, posse e presença dos vereadores; a constituição das mesas presidentes; a utilização das dependências da Câmara; questões de ordem; e correção de atas.

Os *Assuntos fiscais*, ou "fiscaes" como se redigia à época, incluem todas as discussões sobre as prestações de contas do procurador da Câmara; os orçamentos; o pagamento de custas judiciais a terceiros; questões sobre multas a serem aplicadas ou coletadas; aumento ou criação de impostos; reclamações a respeito de impostos; empréstimos; loterias para pagamento de empréstimos (como a criada em 1887); pagamentos relativos ao auxílio aos pobres da cidade, especialmente remédios; talões para cobrança de impostos (como os usados em 1883); dívidas contraídas (como as referentes à Exposição Industrial de 1886). Todos os pagamentos a serviços prestados foram arrolados sob a categoria referente ao serviço pago, exceto em um caso, o do projeto submetido pelo Club de Engenharia do Rio

²⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. 287 p.

de Janeiro para o sistema de abastecimento d'água, porque houve um debate travado em torno desta questão, relativo à legalidade e à maneira de proceder-se tal pagamento, que foi aqui arrolado.

Em *Ordem e segurança* foram incluídas, obviamente, as questões de polícia. Entretanto, a compreensão do que deva ser assim tratado é histórica, portanto, diferente quando se trata do presente ou da segunda metade do século XIX. Além das questões ligadas às Posturas Municipais e às infrações contra estas, foram aqui incluídos tópicos ligados ao controle de animais soltos (especialmente cães e cavalos); ao policiamento da cidade; ao controle de armas; algumas discussões relativas à construção da cadeia, quando isso era focado sob a perspectiva da segurança pública, inclusive quando do uso de galés requisitados ao governo provincial para suas obras; ao código de trânsito (transformado em aditamento às Posturas em 1878); à venda de gêneros de primeira necessidade fora do mercado da cidade; ao cuidado dos presos; ao levantamento dos dados do município (realizado para uma "*planta topographica*" em 1882); abertura do comércio aos domingos e dias santificados; ao controle sobre atividades profissionais, como venda de bilhetes de loteria, mascates, "*pharmácias*", e dentistas; e todas as questões ligadas à saúde, como a vacinação, higiene do matadouro, cemitérios, chiqueiros, controle de epidemias, especialmente a varíola, ou "*bexigas*", despejo de fezes e imundícies, etc.

A categoria *Obras de urbanização*²¹ abrange todas as discussões relativas ao processo de urbanização da cidade: abertura, nomeação e manutenção de ruas, (como a macadamização da Rua Direita, iniciada em 1868); construção e manutenção de pontes; consertos de calçadas; manutenção do jardim; regulamentação e fiscalização das obras, públicas e particulares, realizadas na cidade; compra, venda ou desapropriações de terrenos para construções públicas; obras de saneamento, como a drenagem dos pântanos e a correção do curso do rio Parahybuna (discutida em diversas legislaturas); compra de mananciais, estudos e instalação do sistema de abastecimento de água potável à cidade; sistema de escoamento de águas pluviais; iluminação pública (a gás e depois elétrica); regulamentação do transporte público, por "*bonds*" e carros (puxados a cavalo); construção da cadeia e do Fórum; consertos em edifícios públicos, como o da escola masculina (realizado em 1882); limites do perímetro urbano; limpeza da cidade; manutenção do jardim municipal; construção da igreja Matriz e do Lazareto. A abertura, manutenção e fechamento dos caminhos e estradas ao redor da cidade também foi incluída nesta categoria. À época, este assunto era responsabilidade tanto da *Comissão de Obras* da Câmara quanto da polícia municipal. Enquanto questão policial, os caminhos relacionam-se

²¹ À época utilizava-se, normalmente, a expressão "Obras Públicas"; optou-se por esta outra formulação para enfatizar o caráter construtor do espaço urbano inerente a estas obras.

à necessidade de controle dos movimentos da população: escravos a serviço ou em fuga, e também homens livres pobres; mascates não autorizados, controle fiscal do comércio; etc. A existência de atalhos ou caminhos não oficiais oferecia sérios riscos ao controle do espaço e da mobilidade da população, uma das atribuições da polícia.²² Entretanto, optou-se por inserir este tema na presente categoria, por entendê-lo como uma problemática de abertura de caminhos de acesso à cidade, vinculada à política da Câmara de tornar o centro urbano o nexo político-social da região em torno de Juiz de Fora - um esforço de urbanização, portanto. Ainda no início de sua atividade, a Câmara Municipal já destacava a importância da ligação da então villa com outros núcleos urbanos da região:

*A Camara Municipal d'esta Villa [em 26 de abril de 1851, requisita verba para melhorias na] Estrada, que desta Villa dá communicações com os Municipios da Pomba, Ubá e Mar d'Hespanha, passando pelo importante Arraial do Rio Novo; estrada esta que para sua abertura foi socorrida pelos Coffres Provinciales, em attenção e consideração da alta exportação que por ella transita. [...] Francisco de Couto Lima. Domenciano Alves Garcia. Josue Antônio de Queiroz. Antônio Dias Fortes. Joaquim Pedro Teixeira de Carvalho. Ludovino M. Barbosa.*²³

Indo além, as disputas entre os proprietários particulares e a Câmara Municipal, que algumas vezes ocorrem por circunstância da abertura ou fechamento de um caminho, são mais uma etapa na disputa entre o poder da Casa e do Governo, na luta pela consolidação do poder governamental.²⁴

O registro da categoria *Relações com outras instâncias do poder* inclui o expediente das sessões da Câmara, isto é, a leitura de "offícios" e circulares, normalmente da presidência da província ou algum órgão ligado ao governo provincial, mais raramente do governo central, como o referente ao "systema metrico" em 1878; inclui ainda as correspondências relativas à aprovação das Posturas Municipais, de eleições locais, de realização de empréstimos, assuntos que, embora encontrem-se em outras categorias, aqui implicam numa submissão da Câmara Municipal a uma administra-

²² A percepção da importância do controle dos caminhos pela polícia, e o perigo real representado pelos atalhos, agradeço à observação de um amigo, Flávio Bitarelli Martins, durante passeio de motocicleta pelas estradas de chão próximas a Juiz de Fora.

²³ APM. Seção Provincial. Fundo PP³³, Caixa 110 - Correspondência da Presidência da Província com a Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1851/04/26 a 1887/03/26. Documento 3.

²⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Instituto Nacional do Livro. 1987. (Coleção Estudos Históricos). 300 p. Os conceitos de "mundo da Casa" e "mundo do Governo" estão presentes ao longo de toda a obra; mas ver, especialmente, no capítulo II, o subtítulo "Um Império e Três Mundos", p. 109-129.

ção centralizada, ou seja, determina os limites de autonomia da elite política local. Ainda nesta categoria incluem-se a representação da Câmara enviada à *Assembléa Provincial* pedindo maiores garantias à Lavoura, em 1877, ou cartas de louvor a políticos de projeção provincial ou nacional; e ainda respostas a questionários sobre recursos locais ou sobre epidemias; pedidos de verbas ou de equipamentos, como o material para realização de autópsias, requisitado pelo delegado em 1885; enfim, assuntos que motivaram correspondências entre a Câmara Municipal de Juiz de Fora e as demais instâncias de poder da Província de Minas Gerais e do Império do Brasil.

A última categoria, como o nome já indica, cobre todos os assuntos e temas que não se inserem nas demais. Em *Outros assuntos* encontram-se os contratos para publicação das atas e editais no jornal *Pharos*; doações de bens à cidade, como o relógio da cadeia, feita por Agostinho Corrêa em 1885, ou do quadro a óleo do Imperador, feita em 1877 e colocado na Sala de Sessões em 1878; relatórios diversos, recebimento de sementes de fumo gigante da China (1879); discussões sobre a Escola Normal e a educação no município; diversos outros assuntos que se aparentemente não despertaram maior atenção nas sessões da Câmara, por outro lado trazem informações preciosas sobre a vida do município, e mesmo sobre o perfil dos vereadores e da própria Câmara Municipal. Aqui também inclui-se toda a discussão relativa à importante Exposição Industrial de 1886.

Uma vez estabelecidas as categorias do quadro temático, a leitura das atas levou à tabulação de dados, transformando as discussões dos temas abordados nas sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora em séries que permitiram uma outra leitura, a da frequência com que esses temas eram abordados em cada sessão, em cada ano, em cada legislatura, em cada década; enfim, no período abordado.

Obviamente, a seriação em si não esgota a análise. Entretanto, a partir da tendência detectada, informada pela leitura detalhada das atas, é possível afirmar-se, com um certo grau de segurança, quais as principais preocupações da Câmara Municipal de Juiz de Fora enquanto *corpus*, enquanto instância de poder no Município. O que não é, de forma alguma, o mesmo que analisá-la do ponto de vista dos interesses e preocupações individuais de seus membros. Trabalha-se aqui com o pressuposto que a Câmara Municipal é mais do que a soma de suas partes, possui uma certa margem de autonomia - ínfima, é verdade, posto que nunca são rompidos os laços com a elite econômico-social que pretende representar; porém existente. É perceptível justamente porque a seriação permite abordar a atuação da Câmara Municipal como um todo. A análise do levantamento estatístico da incidência dos temas traça um perfil razoavelmente claro das prioridades da Municipalidade.

Foram encontradas, lidas e tabuladas 453 atas. As *Obras de urbanização* são tema de 397 (87,6%) das sessões nesses anos; os *Assuntos fiscais*

o são em 306 (67,5%); a *Administração interna* é abordada em 261 (57,7%); a *Ordem e segurança*, em praticamente a metade das reuniões, 231 (51%); as *Relações com outras instâncias do poder* são um pouco menos que a metade, 195 (43%); e *Outros assuntos*, 135 sessões (29,8%).

Se a análise detiver-se apenas sobre as Sessões Extraordinárias, 86 no total, mantém-se a mesma tendência geral. O testemunho destas sessões é importantíssimo porque, embora na prática diversos assuntos fossem abordados, em princípio havia um tema específico que motivava a convocação da reunião. O principal motivo de convocação de reuniões extraordinárias no período é a discussão das *Obras de urbanização* (76,7%), todos os outros temas surgindo na metade ou menos das sessões.

À pergunta para onde aponta essa seriação?, a resposta é: aponta para uma forte predominância da discussão de temas ligados às *Obras de urbanização*, seguida da discussão de *Assuntos fiscais* e de *Administração interna*. Surpreendentemente, as questões de *Ordem e segurança* não são preocupação em 49% das sessões da Câmara Municipal.²⁵ Outra pergunta coloca-se, porém, a partir do levantamento dos dados: o que isto significa? Como interpretá-los?

Pode-se afirmar que a elite política de Juiz de Fora está perfeitamente inserida no processo de modernização colocado para o Brasil durante o reinado de D. Pedro II, ícone, aliás, reiteradamente afirmado como objeto de fidelidade das elites dominantes do *Município do Juiz de Fora*, no que não diferem muito das demais regiões opulentas que buscavam legitimar sua riqueza pelo reconhecimento da ordem nobiliárquica.²⁶

Mas não apenas pelo reconhecimento da Côrte trabalha a elite política de Juiz de Fora. Seus esforços objetivam, principalmente, a transformação da *Cidade do Juiz de Fora* num símbolo do seu poder e do sucesso de seu estilo de vida - leia-se, da economia cafeeira de exportação, baseada na exploração do trabalho escravo. A pretensão é tornar o centro urbano um lugar atraente, para o bem viver de uma elite poderosa e em sintonia com as modernas noções de higiene, planejamento urbano, transporte, cultura e segurança. Uma cidade moderna, uma cidade oitocentista.

Tal pretensão adquire um caráter ainda mais peculiar quando sabe-se que muitos dos vereadores não residiam dentro do perímetro urbano. É certo

²⁵ Tais questões ocupam, porém, papel de destaque nas Posturas Municipais, objeto de estudo do Capítulo III da dissertação da qual origina-se este artigo.

²⁶ Para a importância desse reconhecimento, e de como nem sempre este era obtido, ver o interessante artigo sobre o Comendador Manuel de Aguiar Vallim. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Manoel de Aguiar Vallim, um Homem e sua Casa. in CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks. p.19-30. O peso representado pelo favor, ou não, do Imperador, pode ser sentido na biografia do Barão de Mauá. CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. 557 p.

que alguns deles possuíam domicílios na cidade, ou buscavam tê-lo, às vezes mais de uma propriedade. Em 15 de abril de 1877 o *Pharol* publicava um anúncio, assinado por Martiniano Peixoto de Miranda, secretário da Câmara até 1865, em que este procurava trocar seu sítio “*distante da estação do Rio Novo um ¼ de hora, e da do Juiz de Fóra meia hora*” por uma casa na cidade.²⁷ Ainda em 1888, o *Pharol* tratava a presença dos vereadores na cidade como notícia digna de nota: em 21 de julho, “*acha-se nesta cidade o sr. Matheus H. Monteiro da Silva, vereador da camara municipal*”; Matheus Herculano era seu vice-presidente. Em 11 de julho, o Barão de Retiro, o presidente, havia estado na cidade - embora não na sessão do dia 09, cuja ata registra sua ausência. No mesmo dia 11 registrou-se a partida da cidade para suas fazendas de Joaquim Ildefonso de Barros e do capitão Pedro Henriques. Ambos são nomes encontrados na lista de vereadores do período abordado.²⁸

A preocupação com a urbanização da cidade não pode ser tratada, portanto, apenas do ponto de vista dos benefícios pessoais, diretos ou indiretos. É, como a análise dos documentos acima demonstra, uma preocupação constante e crescente em todas as legislaturas da Câmara Municipal, assumindo, portanto, características de prioridade da elite político-econômica nela representada.

A leitura dos dados quantitativos, e a leitura qualitativa de alguns documentos relativos à atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, apontam para a mesma direção geral. Há basicamente duas grandes prioridades para a Municipalidade neste período: a estruturação institucional e a urbanização da cidade. Embora esta última ocupe maior espaço nas sessões e receba uma maior alocação de verbas, não teria sido possível sem uma Câmara Municipal organizada e funcional.²⁹

A estruturação institucional operacionaliza-se através da organização de um sistema de arrecadação fiscal, que angaria fundos tanto para a construção das dependências físicas quanto para o sustento da burocracia necessária ao funcionamento da administração municipal - em outras palavras, à sobrevivência mesma da Câmara Municipal. A urbanização da cidade abrange um vasto leque de atividades, que vão desde a literal construção da cidade, pela abertura de ruas e travessas, até o seu embelezamento, pela arborização, passando pela drenagem dos pântanos, medida sanitária de primeira ordem para os padrões higiênicos do século XIX. Toda esta estruturação não abre mão do auxílio do Governo da Província, através da

²⁷ *Pharol*, 15 de Abril de 1877. AHUFJF. Volume 2.

²⁸ *Pharol*, 11 e 21 de Julho de 1888. AHUFJF. Volume 14.

²⁹ O termo “funcional” aqui não remete a nenhuma das modernas teorias de racionalidade administrativa. Apenas reconhece o fato de que, no contexto em que estava inserida, a Câmara Municipal de Juiz de Fora conseguia atuar, desempenhando razoavelmente bem quase todas as funções a que se propôs.

Presidência ou da Assembléia; procura, entretanto, consolidar sua autonomia, dentro do espaço possível na administração imperial do Segundo Reinado.

Percebe-se aqui o que Peter L. Blasenheim detecta como uma identidade regional que se consolida na Zona da Mata mineira, e uma maneira de lidar com o Governo Provincial.

Não apenas a recusa da Assembléia em sancionar este projeto [salário mais alto para os professores da Zona da Mata, apresentado várias vezes], mas também o tom e natureza dos argumentos levantados por ambos os lados deste assunto, comparados com as exigências relativas à economia cafeeira, ilustram o peso que a rica Mata possuía vis-à-vis o politicamente poderoso Centro. O governo concordava com qualquer exigência que diretamente beneficiasse a economia cafeeira que, por definição, favorecia Minas como um todo, porém traçava uma linha naquilo que Cândido Cerqueira [representante de Ubá na Assembléia em 1887] descrevia como a "obrigação" da província em "indenizar" a Mata por suas contribuições financeiras. A Mata, por sua vez, ao mesmo tempo que lembrava que a província dependia da economia cafeeira da região quando requisitando consideração especial do governo, aceitava sua posição politicamente subordinada porque o resto da província acedia às exigências relativas ao café.³⁰

Este discurso regionalista está intimamente ligado à compreensão cada vez mais clara que as elites juizforanas têm da importância crescente de sua cidade, e das providências a serem ainda tomadas para a efetivação de seu papel de liderança. No seu discurso de despedida ao empossar a nova legislatura, o presidente da Câmara, Christovão Andrade Rodrigues, lembra as obras ainda por fazer para o abastecimento de água potável, "*uma das mais urgentes necessidades*"; afirma ainda que a "*construção da nova Cadêa é indispensável, para fazer cessar, quanto antes, o espectáculo desolador que apresenta o triste edifício, que nesta cidade possui tal nome, e cuja existência depõe contra a civilização d'esta localidade.*"³¹

Para onde aponta esta articulação entre as duas principais prioridades da Câmara Municipal da Cidade do Juiz de Fora? Aponta para a construção de um espaço urbano moderno, reflexo do seu poder e prestígio, e zeloso de sua formação social. A cidade do Juiz de Fora, de acordo com a tendência revelada pela análise da atuação da Municipalidade, deve ser este espaço.

Tanto o quadro geral quanto os pequenos detalhes auxiliam nesta interpretação. A quase totalidade das sessões da Câmara Municipal (87,6%)

³⁰ BLASENHEIM, Peter. *A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906*. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Stanford: Stanford University. March 1982. (mimeo). p. 92. A tradução é minha.

³¹ Ata da Sessão de 07 de Janeiro de 1881. *Pharol*. 20 de Janeiro de 1881. AHUFJF. Volume 5.

ocupou-se com a regulamentação de obras, com a abertura de caminhos, com a manutenção de ruas e pontes, com o abastecimento de água potável e a drenagem dos pântanos. Mais da metade do dinheiro gasto neste período (54,4%) reverteu para a realização desses empreendimentos.³² A Câmara Municipal transforma o espaço ao seu redor, moldando a paisagem. Mais importante do que isto, porém, é o fato de que esta transformação não se dá por acaso: procura atingir um objetivo, implementar um projeto. Que projeto, porém, é esse?

Os detalhes escondidos nas falas das personagens da época podem auxiliar na explicitação deste projeto, a construção de uma identidade própria ao município do Juiz de Fora. Nesses discursos podem ser percebidos quais os objetivos almejados por todo esse investimento na urbanização da cidade. Se não há uma elaboração explícita desse "plano diretor", para usar uma expressão atual, há a evidência de discursos e providências tomadas pela Câmara, que indicam a existência da *idéia* de um projeto. Esta *idéia* está por trás dos mapas da cidade da década de 1850, da delimitação dos limites da cidade, da regulamentação das construções urbanas, até chegar-se às plantas da cidade realizadas para os estudos de abastecimento d'água na década de 1880. Embora existam divergências e até conflitos pessoais entre os vereadores, em tudo isso há uma coerência, uma busca de unidade, de adequação do futuro da cidade a um planejamento presente, há o desejo de controlar o desenvolvimento, a construção mesma da cidade. De submeter Juiz de Fora à *idéia* de progresso, viga-mestra do imaginário da elite político-econômica local, e que traduzia-se singelamente na noção do "*embellezamento da cidade*".

Embeleza-se a cidade através do traçado reto das ruas, do alinhamento das casas, da limpeza das testadas, da ausência de imundícies. Mas também pela retirada dos animais das ruas, pela eliminação dos chiqueiros e criações dentro do espaço urbano. E ainda pela construção de espaços de convivência pública, como praças e jardins.

A cidade deve ser bela e adequada às necessidades de seus cidadãos - sempre lembrando que a sociedade imperial brasileira é extremamente exclusiva: nem todos os habitantes da cidade seriam considerados seus cidadãos. Além disso, deve ser um lugar livre de doenças. A preocupação sanitária, que se fortalecerá ainda mais com o advento da República, já se faz presente nas preocupações com os pântanos, com as águas paradas,

³² A análise detalhada dos documentos financeiros encontra-se em GOODWIN Jr., J. W. op. cit. Capítulo 2: *O Portico Magestoso da Vasta e Opulenta Provincia de Minas Geraes*. Foram analisados orçamentos e prestações de contas da Câmara Municipal de Juiz de Fora ao Governo Provincial, durante as décadas de 1860 a 1880. Os dados foram agrupados em categorias temáticas, a partir das quais procurou-se estabelecer, estatisticamente, quais as principais fontes de renda e os principais pontos de investimento da Câmara Municipal.

com as epidemias - especialmente de "bexigas" (varíola), com a matança vigiada de reses para o consumo, com o espaço entre as casas, com a largura das ruas. Tudo para evitar os focos de doenças, conforme a medicina de então descrevia-os. O controle social, através do Código de Posturas, dará atenção especial a estas questões.

Bela, útil, saudável, a cidade de Juiz de Fora ainda apresenta outras características importantes. É centro comercial de uma riquíssima região, e na década de 1880 alguns vereadores envolvem-se com a instalação de instituições financeiras na cidade. É cruzamento de estradas de rodagem e ferroviárias. Seus prédios públicos buscam "adoptar a architectura mais moderna, e digna da cidade do Juiz de Fóra", a fim de "embellezar a mais prospera e florecente cidade da provincia", conhecida como "o portico magestoso da vasta e opulenta provincia de Minas Geraes".³³

Todo esse esforço não é gratuito, e não visa prioritariamente o bem comum dos habitantes de Juiz de Fora. Ao contrário, muitas vezes estas disposições confrontam diretamente hábitos e costumes da população local, que é obrigada a transformar-se, de residentes de uma villa pequena em moradores da capital regional da Zona da Mata, para usar expressão de Blasenheim.³⁴ É um esforço deliberado de implementação na cidade dos símbolos da modernidade identificada com o progresso e a riqueza material, de novos valores, nova educação. Modernidade que absorve os símbolos europeus do capitalismo, mas reinterpreta-os dentro da moldura de poder da estrutura social brasileira, da realidade local.

É pois a construção de um monumento à elite dominante da região. Mais do que ser visto pelos outros componentes desta sociedade - os homens livres pobres, os comerciantes, os escravos urbanos e rurais, as mulheres - este monumento objetiva convencer esta sociedade (inclusive os diferentes grupos pertencentes à elite político-econômica) da superioridade, moral e prática, de sua formação social. Uma formação social cada vez mais ameaçada pelos ataques à sua fonte de riqueza e poder, a instituição que silenciosamente a estrutura: a escravidão.

A construção de uma identidade "moderna" pelas elites juizforanas busca, na verdade, encontrar meios de preservar e reforçar seu poder. Ao contrário, porém, de representar uma modernização efetiva em todos os níveis, o projeto das elites oitocentistas alinhava-se com o que, hoje em dia, chama-se de "modernização conservadora". As elites juizforanas não

³⁴ BLASENHEIM, op. cit. p. 3.

³³ Estas expressões encontram-se em, respectivamente: Parecer do engenheiro fiscal sobre as obras do *Forum*. *Pharol*. 24 de Maio de 1877. AHUFJF. Volume 2. Parecer da Comissão de Obras sobre sistema de calçamento. Ata da Sessão de 02 de Junho de 1886. *Pharol*. 31 de Julho de 1886. AHUFJF. Volume 11. Título atribuído a Juiz de Fora pelo Edital redigido pela Câmara Municipal, convidando para a Exposição Industrial de 1886. *Pharol*, 26 de Abril de 1885. Arquivo Histórico da UFJF. Volume 9.

estavam sozinhas, entretanto, na implementação deste projeto. Pelo contrário: um dos seus objetivos era justamente o alinhamento com a postura imperial estabelecida a partir da Corte, conforme acima afirmado. Talvez Juiz de Fora destaque-se pela eficácia na implementação desse projeto, perceptível na maneira como o discurso de cidade moderna tornou-se, efetivamente, elemento central na cultura local. Mas a noção mais geral de uma política que modernizasse aspectos funcionais da vida do país sem alterar as relações de poder dentro da sociedade é, infelizmente, encontrada em todos os grupos dominantes do Império. A bem da verdade, alteradas as devidas circunstâncias históricas, é possível afirmar-se que a busca da “modernização conservadora” é um traço fundamental das elites brasileiras, que muitas vezes utilizam a mais moderna tecnologia como instrumento de dominação social. Como neste anúncio sobre o “*emprego do telephone nas fazendas*”, publicado no jornal *Pharol* em 1883:

*Para os SRS. FAZENDEIROS é um melhoramento de incontestavel utilidade e mesmo de TRANQUILIDADE. Colocado um aparelho na sua fazenda póde comunicar-se verbalmente com seus empregados para não distrahir de outro serviço um famulo. Por motivo de molestia pode chamar um medico immediatamente. No caso de insubordinação por parte do pessoal de sua fazenda, pedir auxílio á estação que ficar mais proxima, e esta por sua vez á autoridade competente [...].*³⁵

Estudar a maneira pela qual as elites buscaram, em épocas diversas, alcançar seus objetivos pode auxiliar numa maior compreensão - e quiçá transformação - desses mecanismos que, ainda hoje, permitem que no Brasil convivam um crescente desenvolvimento econômico-tecnológico e uma cruel exclusão econômico-social.

³⁵ *Pharol*, 29 de Setembro de 1883. AHUFJF, Volume 7.